

**Centrais Sindicais do RS  
firmam uma frente  
programática para as eleições  
de 2022 e derrotar Bolsonaro**

**"Somos a única força política e social capaz de deter a  
sanha do capital e seu projeto de barbárie." LEIA.**

## O LUGAR DOS(AS) TRABALHADORES(AS) NA RECONSTRUÇÃO DO PAÍS E OS DESAFIOS PARA DERROTAR O BOLSONARO

O capitalismo, hegemônico pelo capital financeiro, conduz de forma autoritária as transformações econômicas, políticas e culturais. Usa os avanços tecnológicos para ampliar a exploração e a alienação da classe trabalhadora e coloca em risco a sobrevivência da humanidade.

No Brasil a situação é ainda mais grave. O golpe de 2016, a emenda do teto de gastos (EC 95), a reforma trabalhista (2017) e o ataque à previdência (2019) objetivam colocar todo o peso da crise que o capital criou nos ombros da classe trabalhadora. Por outro lado, a política econômica neoliberal, orientada para o Estado mínimo e ancorada no teto de gastos, iniciada no governo Temer e aprofundada pela dupla Bolsonaro e Paulo Guedes, está devastando o país, precarizando as políticas públicas e solapando a capacidade de investimento do Estado.

A pandemia agravou ainda mais a economia brasileira. O PIB caiu 4,1%, encerrando a década iniciada em 2011 com declínio anual do produto per capita de 0,6%, de acordo com a FGV. O pior desempenho em 120 anos. Estima-se que mais de 7 milhões de postos de trabalho foram destruídos, quase a metade da população em idade ativa (49%) não encontra ocupação e o exército de desempregados, desalentados e subocupados ronda 26 milhões de pessoas.

Amplios segmentos do empresariado brasileiro, com um longo histórico golpista, patrocinam e sustentam o governo Bolsonaro com o objetivo de extorquir direitos, arrochar salários e ampliar suas fortunas com as privatizações e a usurpação das riquezas existentes no país. Deixam nitido que não possuem um projeto de nação e estão de costas para o povo.

Para viabilizar esse ataque à classe trabalhadora, enfraquecem os instrumentos de organização e negociação coletiva dos(as) trabalhadores(as) e criminalizam as lideranças sociais. Na verdade, a nossa frágil democracia é constantemente ameaçada e as instituições são sistematicamente golpeadas.

No plano ideológico disseminam o individualismo e dizem estimular o empreendedorismo, mas usam a violência, a militarização e promovem um embrutecimento das relações políticas. Na verdade, pretendem transformar a sociedade brasileira em um verdadeiro salve-se quem puder.

O governo Bolsonaro é um fantoche deste projeto. Derrotar a coalizão golpista que o sustenta e virar a página dessa história de horror em nosso país é a tarefa principal do movimento sindical. Para isso, precisamos transformar a nossa militância em força propulsora e organizativa da classe trabalhadora. Somos a única força política e social capaz de deter a sanha do capital e seu projeto de barbárie.

Neste momento, em que nos preparamos para uma grande disputa eleitoral, certamente a mais decisiva das nossas vidas, nos cabe a tarefa de promovermos um amplo debate propositivo em torno de um programa de geração de emprego e renda, valorização do trabalho e da vida.

Sabemos que a retomada do crescimento econômico, baseada em uma política desenvolvimentista que resgate a capacidade de investimento do Estado, precisa romper com o famigerado tripé macroeconômico neoliberal: câmbio flutuante, juros altos, metas inflacionárias subestimadas e superavit primário. Se impõe também uma corajosa política de taxaço das grandes fortunas, tributação do capital rentista e reviso da tabela de imposto de renda que incide sobre os salários. Outro entulho neoliberal que precisa ser removido é a Lei Kandir que anistia o agronegócio com isenções fiscais nas operações de exportação. Sem essas medidas não teremos os recursos necessários para financiar um novo ciclo de desenvolvimento e de políticas públicas inclusivas.

Precisamos defender um amplo e urgente programa de geração de emprego, renda e valorização do trabalho, nucleado em torno das grandes demandas preconizadas pela Constituição: moradia, saúde e educação. Essas áreas devem puxar grandes investimentos em infraestrutura urbana relacionadas a saneamento, acesso à água potável, energia e mobilidade urbana.

O fortalecimento do papel do Estado passa inequivocadamente pela valorização dos(as) servidores(as). Portanto, não aceitaremos nenhuma reforma administrativa que flexibilize os direitos dos(as) servidores(as) públicos, a exemplo da PEC 32/2020 do governo Bolsonaro. Na verdade, preconizamos a necessidade de abertura de novos concursos, recuperação de direitos que foram usurpados e valorização dos salários dos(as) servidores(as), sobretudo, dos(as) que estão na ponta efetivando as políticas públicas.

A reconstrução econômica com ações de curto prazo precisa fomentar uma industrialização com maior agregação de valor, desenvolvida tecnologicamente e competitiva, principalmente em áreas que temos vocação e vantagens comparativas internacionalmente. Isso só será possível com a valorização dos(as) trabalhadores(as), que passa necessariamente pelo restabelecimento da política de valorização do salário mínimo que redistribua socialmente os ganhos de produtividade.

Precisamos pautar também o debate da redução da jornada de trabalho como alternativa para reverter as taxas de desemprego proporcionadas pelos ganhos de produtividade obtidos com as novas tecnologias poupadoras de força de trabalho.

Temos um bônus populacional extraordinário, estima-se que o país conta com 54 milhões de jovens. Um programa de geração de emprego e renda deve elevar a empregabilidade da juventude, com programas que articulem inserção no trabalho com qualificação profissional de qualidade.

A pandemia evidenciou que não podemos abrir mão de uma estratégia de soberania alimentar. Neste sentido, é fundamental investimentos na agricultura familiar e na reforma agrária para assegurar a sobrevivência de milhares de famílias no campo e garantir alimentação mais saudável e acessível para o povo brasileiro, que se vê humilhado com a volta da fome.

Temos que recolocar o debate sobre uma nova regulação das relações de trabalho com a revogação da reforma trabalhista, acabando com a terceirização da atividade fim, com as restrições à justiça do trabalho e garantindo vigilância e inspeção para coibir o trabalho inseguro que coloca em risco a vida dos/as trabalhadores/as. Além disso, precisamos romper com formas contratuais que atentem contra a dignidade dos/as trabalhadores/as, sobretudo, na área de trabalho por plataformas e novas regulações para o trabalho home-office.

Uma política de expansão do emprego digno precisa contemplar o associativismo e o cooperativismo solidário como alternativas ao desemprego e às formas de contratação precárias, contribuindo para que tenhamos uma economia popular que valorize a dimensão solidária e coletiva.

No tocante ao exercício da representação e organização sindical, precisamos de um modelo que assegure a sustentação financeira das entidades sindicais, atrelado à contratação coletiva que comprometa os/as trabalhadores/as com a viabilização de entidades sindicais que lutam efetivamente pelos direitos da classe trabalhadora.

A retomada do crescimento econômico com geração de trabalho digno, soberania alimentar, investimentos em políticas sociais, valorização dos serviços públicos e a remoção dos entulhos golpistas e neoliberais deve ocorrer com a participação da sociedade, com controle social e com uma cidadania ativa. A nossa democracia precisa ser fortalecida. Essa onda fascista será derrotada com a nossa luta, com a solidariedade e com internacionalismo da classe trabalhadora.

Esse debate deve ser levado para os/as candidatos/as para o executivo e legislativo e, principalmente, para a nossa classe.



**Fórum**

PELOS DIREITOS &  
LIBERDADES DEMOCRÁTICAS